

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Indexação da economia impede queda de preços

Consumo baixo freia maiores pressões dos preços, mas é insuficiente para reduzir o nível inflacionário, há meses em torno de 20%

GLEISE DE CASTRO

A indexação generalizada da economia, cuja extinção o governo Collor pretendia logo no seu início, não desapareceu e se mostra com força total, dificultando a redução da inflação. Preços, ativos e contratos são reajustados praticamente na mesma proporção, o que torna a inflação mais rígida, resistente a medidas adotadas para derrubá-la. Se a retração do consumo, por causa da recessão, não deixa que a inflação suba, a indexação exerce pressão contrária, impedindo que caia. Com isso, o País conseguiu a façanha de estabilizar a inflação na faixa dos 20% ao mês, contrariando, por enquanto, teorias econômicas baseadas em experiências de outros países, que mostram a fuga do controle da inflação sempre que se chega a nível tão alto.

**Proteção** — A indexação, na verdade, é um mecanismo natural de proteção do valor da moeda contra uma inflação alta e persistente. Trata-se de um comportamento racional dos agentes econômicos, observa o economista e ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. "Seria irracional, por exemplo, um empresário deixar de indexar seus preços se os outros o fazem", diz.

Mas a partir de certo momento, o processo passa de simples efeito a causa também, porque realimenta a inflação. "Ela é causa e efeito porque, quando se convive com uma inflação crônica e alta, perde-se a confiança na moeda e todo mundo acaba indexando, o que resulta em uma rigidez da inflação", diz o economista Yoshiaki Nakano, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Carlos Antonio Luque, diretor de pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, diz que é difícil distinguir causa de efeito. "Uma coisa leva

à outra, ou seja, a indexação surgiu porque existia inflação, mas acaba impedindo que esta caia e só vai desaparecer quando a inflação acabar."

Para Antônio Carlos Borges, superintendente técnico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, o grande problema da indexação é ela acabar se transformando num veículo que transporta a inflação do passado para o futuro e de um setor para outro. "Quando um industrial usa, por exemplo, o IPC para reajustar seus preços, está transportando para seu segmento a inflação passada de aluguéis, educação, loteria e de outros segmentos produtivos que não têm nada a ver com sua atividade."

**Índice próprio** — "Cada um usa o indexador que quer, e alguns criam até um índice próprio, o chamado 'estimômetro', ou seja, quanto se acha que a inflação vai dar, porque não se confia também nos índices tradicionais", diz Borges, da Federação do Comércio.

Emílio Alfieri, assessor econômico da Associação Comercial de São Paulo, dá menos importância à pressão da indexação sobre



José Paulo Lacerda/AE

## Proposta de pacto

*Bresser: a saída é um acordo social para depois aplicar um novo choque*

a inflação. Para ele, indexação é mais efeito do que causa. "O que faz com que a inflação não caia é o déficit público", diz. O País, argumenta, já experimentou vários planos com desindexação e, no entanto, a inflação sempre acabou voltando. "Se fosse causa, a inflação teria acabado logo com o Plano Cruzado, que desindexou a economia por um ano", diz Alfieri.

Por maior ou menor influência que acreditem a indexação exercer sobre a inflação, num ponto os economistas concordam: não se acaba com isso por decreto. "Ela só vai acabar quando se chegar a um índice de inflação não superior a 2% mensais, como

ocorre na Argentina", afirma Borges. O combate à inflação, diz, depende da criação de um regime de competição intenso no País, o que só vai ser possível com a desregulamentação geral da economia, a privatização e a abertura do mercado.

"As regras de indexação surgiram por exigência dos agentes econômicos, para se proteger de um processo inflacionário, e não se vai conseguir quebrá-las por lei", diz Luque. O diretor da Fipe também aponta como causas principais da inflação o déficit público, a falta de concorrência na economia e a má distribuição de renda. Além disso, mexer na indexação, como nota Emílio Alfieri, pode provocar fuga de capital para o mercado paralelo do dólar.

**Processo infinito** — Para Bresser Pereira, no entanto, a persistência da inflação se deve fundamentalmente à indexação. "Como todos indexam contratos e preços, num processo infinito e descoordenado, a inflação que enfrentamos não pára."

Os planos heterodoxos não conseguiram acabar com a inflação, diz Bresser, mas o governo só teve algum sucesso no rompimento do que chama indexação formal, aquela prevista em lei ou autorizada para certos contratos.

Como o governo não tem poder algum sobre a indexação usada pelos agentes para corrigir preços, contratos e salários de acordo com a inflação, a saída é um acordo social para um novo choque, acrescenta. "Não conheço caso algum no mundo de uma inflação desse tipo e nessa faixa que tenha acabado sem choque", diz. O choque, definido por ele como uma redução abrupta da inflação, pode ser feito, diz, via congelamento, como ocorreu no México e Israel, ou pela chamada dolarização, adotada pela Argentina. Esta, quanto mais alta a inflação, segundo Bresser, é a opção mais eficaz.

## Os principais indexadores

**■ TR** — Taxa Referencial de Juros (Banco Central): corrige aplicações e débitos financeiros, poupança, FGTS, honorários de profissionais liberais, aluguel de telefone, seguros, compras a prazo, prestações de consórcios e outros contratos privados

**■ INPC** — Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE): corrige salários, preços, aluguel de telefone, contratos de fornecimento de bens e serviços, honorários de profissionais liberais, mensalidades escolares

**■ IGP** — Índice Geral de Preços (FGV): usado para reajustar preços, contratos de fornecimento de bens e serviços entre empresas privadas, aluguel de telefone, honorários de profissionais liberais, mensalidades escolares

**■ IGPM** — Índice Geral de Preços do Mercado (FGV): corrige preços, contratos de fornecimento de bens e serviços entre empresas privadas, aluguel de telefone, honorários de profissionais liberais, mensalidades escolares

**■ IPA** — Índice de Preços no Atacado (FGV): corrige transações comerciais entre empresas privadas

**■ IPC** — Índice de Preços ao Consumidor (FGV): corrige preços e contratos de fornecimento de bens e serviços entre empresas privadas, aluguel de telefone, honorários de profissionais liberais, mensalidades escolares

**■ IPC** — Índice de Preços ao Consumidor (Fipe): corrige preços, aluguel de telefone, contratos de fornecimento de bens e serviços entre empresas privadas, honorários de profissionais liberais, mensalidades escolares

**■ ICV** — Índice do Custo de Vida (Dieese): corrige mensalidades escolares

**■ ISN** — Índice de Salários Nominais (IBGE): usado para a correção do aluguel de imóveis

**■ IRSN** — Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IBGE): corrige o salário mínimo

**■ Ufir** — Unidade Fiscal de Referência (IBGE): corrige impostos federais

**■ UFM** — Unidade Fiscal do Município de São Paulo (IPC da Fipe): corrige impostos do município de São Paulo

**■ Ufesp** — Unidade fiscal do Estado de São Paulo (IPC da Fipe): corrige impostos estaduais de São Paulo

**■ INCC** — Índice Nacional do Custo de Construção (FGV): corrige contratos de construção

**■ CUB** — Custo Unitário Básico (Sinduscon): corrige preços de imóveis em construção

**Dólar no paralelo**: corrige preços e aluguéis de imóveis, preços de telefones, honorários de profissionais liberais

**Dólar comercial**: corrige passagens aéreas internacionais

**Dólar turismo**: corrige faturas de cartões de crédito internacionais



## Causa e efeito

*Nakano: Com inflação alta, perde-se a confiança na moeda e com isso todo mundo passa a indexar*